

1º contrato
Proj. via Lilás
-
035/
Nº 01/2015



Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o UNOPS, nº 01/2015

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, TENDO COMO INTERVENIENTE A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS – UNOPS, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DO PROJETO DE INFRAESTRUTURA VIA LILÁS.

Origem dos Recursos: Banco Mundial

Revisão nº 04

Rio de Janeiro

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE
O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA SERVIÇOS DE PROJETOS

Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2018

TÍTULO DO PROJETO: Projeto de Infraestrutura Lilás

NÚMERO DO PROJETO: 97027

DURAÇÃO PREVISTA: Projeto original: 09/Dezembro/2015 a 31/Outubro/2016
1ª Revisão: 09/Dezembro/2015 a 09/Fevereiro/2018
2ª Revisão: 09/Dezembro/2015 a 31/Maio/2018
3ª Revisão: 09/Dezembro/2015 a 31/Julho/2018
4ª Revisão: 09/Dezembro/2015 a 31/Junho/2019

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (AGÊNCIA EXECUTORA):
Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos - UNOPS

INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA: Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Secretaria De Estado De Ciência, Tecnologia, Inovação e
Desenvolvimento Social
Chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

VALOR TOTAL: Original: BRL 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), equivalente à USD 6.395.905 (seis milhões trezentos e noventa e cinco mil novecentos e cinco dólares americanos).
Após a revisão: BRL 10.000.000,00 (dez milhões de reais), equivalente a USD 2.734.962,00 (dois milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e dois dólares americanos).

ORIGEM DOS RECURSOS: Banco Mundial, internalizado pelo Governo do Estado

RESUMO: O projeto visa prover projetos de engenharia e arquitetura, executar obras e manutenções, bem como adquirir equipamentos para implementação de infraestrutura social de gênero, destinada ao reforço e apoio à Lei Maria da Penha e à proteção e melhoria de qualidade de vida das mulheres no Estado do Rio de Janeiro.

PROPÓSITO DA REVISÃO: Redução de valor, revisão de escopo e acréscimo de vigência.

**Em nome do Governo do
Estado do Rio de Janeiro**

Nome: Sérgio Pimentel Borges da Cunha
Cargo: Secretário de Estado da Casa Civil e
Desenvolvimento Econômico

Nome: David Anthony Gonçalves Alves
Cargo: Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Nome: Rivaldo Barbosa de Araújo Júnior
Cargo: Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Nome: Gabriell Neves
**Cargo: Secretaria De Estado De Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Social**

Em nome do UNOPS

Nome: Claudia Valenzuela
Cargo: Representante do UNOPS no Brasil

A. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo geral o apoio técnico-consultivo para a coordenação e elaboração de Projetos Executivos, Processos Licitatórios e o Gerenciamento das Construções destinadas a atender ao denominado "Projeto Via Lilás", firmado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Mundial.

Apesar de pactuado junto ao Banco mundial há mais de quatro anos, em 2015 os componentes de infraestrutura contemplados pelo Projeto Via Lilás ainda não haviam sido iniciados. Havia apenas algumas propostas arquitetônicas em estágio inicial de desenvolvimento e a perspectiva de licitação das obras era de mais de um ano e meio, somando-se a isto o fato de que o Governo do estado não dispunha de pessoal capacitado o suficiente em sua Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH - para acompanhamento da execução destas ações. Nesse sentido, três fases de trabalho seriam necessárias:

1ª fase: Desenvolvimento dos Projetos Executivos e produção dos demais documentos necessários à execução das obras;

2ª fase: Efetivação das licitações e gerenciamento dos contratos de execução das obras; e

3ª fase: Aquisição de equipamentos para o funcionamento das edificações.

Atendendo à política de gênero e inclusão social promovida pela ONU, e por conseguinte imperativa aos projetos onde o UNOPS participa, uma outra frente de trabalho que perpassa as fases descritas foi contemplada: Desenvolver os projetos executivos não somente em condições de licitar e executar obras, mas também atendendo as considerações de gênero e inclusão social, contribuindo assim para a sustentabilidade dos resultados.

Quanto ao escopo do trabalho, este abordava originalmente edificações em seis localidades distintas:

- Reforma de Centro Integrado de Atendimento à Mulher em e Casa Lilás em

- Reforma de Centro Integrado de Atendimento à Mulher e Casa Lilás na Posteriormente substituída pela Casa Lilás em
- Construção de Creche em Belford Roxo;
- Construção de Creche próxima à Estação Benjamim do Monte – Posteriormente substituída pela Creche em Nilópolis;
- Construção de Creche próxima à Estação Barros Filho – Posteriormente substituída pela Creche em Queimados; e
- Construção de Creche próxima à Estação Inhoaíba – Posteriormente retirada do projeto e sem substituto definido.

Após um atraso inicial de quatro meses no primeiro repasse de recursos ao projeto e da definição das substituições de localidades que receberiam obras pelo projeto, em junho de 2016 todas as quatro ações já definidas pela SEASDH já se encontravam com projetos executivos de arquitetura e engenharia contratados e em pleno desenvolvimento.

Ao término de 2016, cinco projetos executivos já haviam sido desenvolvidos (CIAM Baixada em Nova Iguaçu, casa lilás em e creches em Belford Roxo, Nilópolis e Queimados) e três processos licitatórios haviam sido abertos para quatro obras (Creche e Casa Lilás em , CIAM Baixada em Nova Iguaçu e Creche em Nilópolis. A obra da creche em Queimados teve a documentação de seu processo licitatório desenvolvida, mas não foi lançada devido a que os recursos disponíveis à época, referentes ao primeiro repasse de dez milhões de reais (USD 2.688.172 à cotação de abril/2016), não permitiam contratações além dos processos já abertos.

Ainda durante o ano de 2016, foram realizadas 4 capacitações em gênero, consistindo em oficinas de 04 dias, os quais envolveram entidades profissionais de engenharia e arquitetura, ONG's, universidades e funcionários públicos relacionados ao serviço de proteção à mulher e à assistência social. Foi desenvolvido com este grupo o Plano de gênero do projeto e a ferramenta para análise de gênero em projetos de engenharia e arquitetura. Ademais, foi realizada uma capacitação em gerenciamento de projetos para as equipes da SEASDH e Casa Civil. Constatou-se que as capacitações foram muito bem recebidas pelos participantes, contudo, a constante troca dos agentes públicos capacitados fez com que o conhecimento

repassado fosse parcialmente perdido. Neste sentido, foi oportuno incluir nas capacitações os engenheiros, arquitetos, universidades e ONG's.

Com a extinção da SEASDH em dezembro de 2016, o projeto passou a ser gerenciado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social – SECTIDS. Contudo, devido ao distanciamento do escopo do projeto ao mandato da Secretaria, este permaneceu sem evolução durante todo o primeiro semestre de 2017. Como resultado, os processos licitatórios abertos foram cancelados seja por decurso de prazo na autorização para contratação (Creche e Casa Lilás em ou por ausência do provimento, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de documentos de propriedade do terreno e compromisso das prefeituras municipais em operar e manter os futuros edifícios, bem como da formação de uma comissão de obras.

Já no segundo semestre de 2017 foram realizadas três reuniões junto à Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro visando reestabelecer a governança do projeto, sendo que também foi pactuado um plano de trabalho extraordinário de forma a retomar o andamento das ações. Desta feita, foram procedidas revisões nos projetos executivos do CIAM Baixada em Nova Iguaçu, da Creche e da Casa Lilás em Tais revisões permitiram aprimorar os sistemas de detecção e combate a incêndios das edificações, bem como visaram a adequação geral de materiais e técnicas de execução dos respectivos orçamentos de obras, de forma a que pudessem ser executados dentro do saldo de recursos ainda existente na primeira parcela já desembolsada pelo parceiro governamental. Neste período houve ainda intensa articulação da Casa Civil junto à SECTIDS e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos – SEDHMI – para redefinição da governança do projeto.

O primeiro trimestre de 2018 consistiu num período de indefinição para o projeto. A minuta de aditamento que visava sua extensão e redirecionava seu escopo ao que era pretendido pela SEDHMI foi apresentada ao Governo do Estado sem que pudesse ser devidamente apreciada e, com isto, todas as ações foram suspensas. Ao término de fevereiro, ante o fato de ainda não haver acordo sobre qual secretaria se responsabilizaria pelo projeto, a Casa Civil, a SECTIDS e o UNOPS acordaram em proceder uma revisão simplificada de prazo do projeto por três meses, de forma a permitir uma adequada negociação da governança do projeto, bem como uma melhor definição do escopo e do prazo a conformarem seu aditamento substantivo. Desta forma, o projeto teve seu prazo estendido até o término de maio do corrente ano (2ª revisão).

Desde a assinatura do Termo de Cooperação em 2015, o Estado decretou Calamidade Financeira (Decreto Estadual nº 45.692/16 e posterior Lei Estadual 7627/17) e foi resgatado pela União, através da assinatura do Plano de Recuperação Fiscal, que prevê uma série de limitações ao Estado. Diante dessas limitações, o Estado realizou reuniões internas, pelas quais se verificou que o Programa, tal como foi concebido, não teria condições de continuar. Diante desse cenário, verificou-se junto ao UNOPS a possibilidade de mudança de escopo do projeto, sem, entretanto, desviá-lo do seu foco original, qual seja, o de realização de obras civis destinadas a políticas de gênero e a mulheres vítimas de violência.

Com a extinção da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, então responsável pelo projeto, caberá à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social, incorporadora da antiga SEASDH, dar quitação de todas as ações executadas até então em nome da SEASDH, para o projeto ser reestruturado e encaminhado às novas intervenientes em nome do Estado: a Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico – Casa Civil, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social – SECTIDS e a Chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Polícia Civil. Contudo, para que a aprovação desta nova governança fosse possível, a Casa Civil, a SECTIDS e o UNOPS acordaram em proceder uma nova revisão simplificada de prazo por mais dois meses, sendo que então o projeto teve seu prazo estendido até o término de julho do corrente ano (3ª Revisão).

Tendo em vista a nova realidade econômico-financeira do Estado, o escopo do projeto é, por meio desta 4ª Revisão, readequado ao montante disponível do valor já repassado ao UNOPS, dispensando qualquer outra transferência futura de recursos.

B. JUSTIFICATIVA

A revisão ora pleiteada justifica-se dado o interesse conjunto do Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos – UNOPS – em estender o prazo de vigência em mais 11 (onze) meses de forma a:

- (a) Refletir o novo órgão governamental responsável pelo Projeto, em conjunto com o UNOPS;
- (b) Refletir novo escopo em decorrência das mudanças institucionais e estratégicas do Estado do Rio de Janeiro;
- (c) Atualizar o documento de projeto e seus insumos; e
- (d) Refletir a correta modalidade de execução do projeto, que é a modalidade de 'Execução Direta', conforme documentos emitidos pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC em 2015¹.

A extensão do prazo se justifica com base no atraso de doze meses ocorrido no ano de 2017 devido à extinção da outrora Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH - que levaram (i) ao cancelamento de licitações de obras, (ii) à redefinição da governança do projeto e (iii) à necessidade de revisão geral dos projetos de arquitetura e engenharia, bem como (iv) à repactuação do escopo originalmente previsto.

Tendo em vista a mudança nas diretrizes governamentais e as reestruturações de secretarias de estado ocorridas desde a assinatura do projeto, a proposta de escopo original se vê substancialmente modificada. Considerando-se então as ações executadas até a data como componentes de uma primeira etapa, as ações ora pactuadas por executar com o saldo de recursos já repassados passam a constituir a segunda etapa do projeto. Desta forma, o escopo pode ser apresentado como segue:

PRIMEIRA ETAPA (Serviços já executados):

- a) Realização de 3 oficinas de gênero e inclusão social;
- b) Realização de 1 oficina de gestão de projetos;
- c) Elaboração do Plano de Gênero e Inclusão Social para o projeto;
- d) Elaboração de ferramenta de análise de gênero em projetos de arquitetura;
- e) Projetos executivos de engenharia e arquitetura para creches em Belford Roxo, Nilópolis e Queimados; e
- f) Projetos de engenharia e arquitetura para (i) reforma do Centro Integrado de Atendimento à Mulher e (ii) construção de Casa Lilás em

SEGUNDA ETAPA (Serviços a executar com o saldo de recursos já repassados):

- a) Revisão de projetos de engenharia e arquitetura e execução da obra de conclusão de Unidade Materno-infantil no Presídio Talavera Bruce e aquisição de mobiliário e equipamentos, junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP;
- b) Execução/Revisão de projetos de engenharia e arquitetura e execução de obra de reforma em uma delegacia da mulher em Campo Grande e aquisição de mobiliário e equipamentos, junto à Chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Polícia Civil;
- c) Execução/Revisão de projetos de engenharia para a obra de reforço estrutural em um abrigo para mulheres vítimas de violência, junto à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social - SECTIDS;
- d) Responsabilidade pelo prazo de seis meses de exigir, dos respectivos contratados para a execução de obras civis e manutenção corretiva, reparos nas obras em caso de eventuais defeitos e inadequações – DNP: *Defects and non-compliance period*.

1.1. ¹ Ofício Circular nº 06/CGCM-ABC, de 21 de outubro de 2015 e Ofício nº 1.184/2015/CGCM-ABC de 3 de dezembro de 2015

Por último, devido à grave crise fiscal por que atravessa o Governo do Estado, não é mais prevista a totalidade de aportes de recursos para o projeto tal como originalmente pensada, sendo que o escopo ora pactuado foi pensado para ser executado com os recursos já repassados para o projeto, da ordem de BRL 10.000.000,00 (dez milhões de reais), correspondente a USD 2.734.962 (dois milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e dois dólares americanos), considerado neste montante a cotação UNORE no mês de lançamento contábil das despesas efetuadas na primeira etapa bem como a cotação UNORE do mês de maio/2018 (1USD = 3,469 BRL) para o saldo de recursos existente e os rendimentos de aplicação até a data.

C. PREVISÃO LEGAL

O presente Termo de Cooperação Técnica Internacional entre o Estado do Rio de Janeiro e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos – UNOPS é celebrado sob a égide do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações para Alimentação e Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Internacional”, de 29 de dezembro de 1964, em vigor desde 2 de maio de 1966, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966.

Seguindo as orientações legais afins, o Termo de Cooperação Técnica Internacional entre o Estado e o UNOPS foi submetido à Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, que por sua vez emitiu o Ofício Circular nº 6/CGCM-ABC no qual informa que “não se opõe à formalização entre as partes por entender que se trata de projeto financiado por recursos de acordo de empréstimo do Banco Mundial, em que a atuação do UNOPS estará amparada pelo Acordo Básico de Assistência Técnica entre o governo brasileiro e as Nações Unidas (Decreto n. 59.308/1966), sem que se aplique o Decreto n.5151/2004, nem a Portaria 717/06, que tratam exclusivamente de recursos nacionais, na modalidade execução nacional.”

As ações do projeto, entretanto, serão acompanhadas, supervisionadas e validadas pelo Estado do Rio de Janeiro. Ao seu final, o UNOPS entrega e presta contas conforme suas normas de todo o resultado de seu trabalho realizado, que deverá ser recebido pelo Estado.

D. ETAPA DA COOPERAÇÃO JÁ REALIZADA

Em resumo, os produtos gerados no âmbito do projeto até a data são assim conformados em sua relação com a Matriz Lógica constante do documento de projeto assinado entre as partes:

Resultado	Produto	Status	Comentários e Justificativas
R1 - Projetos executivos em condições de licitar as obras	P1.1 - Critérios consolidados para a elaboração dos termos de referência e de editais de licitação de projetos	Concluído	Produto concluído em abril de 2016, com a última contratação realizada para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia.
	P1.2 - Projetos de engenharia e arquitetura contratados.	Majoritariamente Concluído	Foram contratados 5 de 6 projetos previstos: construção de 3 creches

		Restou contratar projeto para mais uma creche sem localidade definida pelo parceiro.	
	P1.3 - Projetos executivos de arquitetura e engenharia concebidos.	Majoritariamente Concluído	<p>Dos 5 projetos contratados, 5 foram concebidos. Só ficou faltando a elaboração de 1 Projeto não contratado.</p> <p>Em abril/2018 foram entregues à SECTIDS formalmente os projetos para 3 Creches (Belford Roxo, Nilópolis, Queimados) 1 Casa Lilás e 1 CIAM</p> <p>Restou conceber projeto para mais uma creche sem localidade definida pelo parceiro.</p>
	P1.4 - Projetos executivos em condições de licitar e executar obras atendendo as considerações de gênero e inclusão social.	Majoritariamente Concluído	<p>Dos 5 projetos contratados e concebidos, 5 apresentavam condições de licitar e executar atendendo as considerações de gênero e inclusão social.</p> <p>Em março/2018 foram entregues à SECTIDS formalmente as comprovações da realização de quatro oficinas de gênero e inclusão social, bem como de uma oficina de gerenciamento de projetos.</p> <p>Adicionalmente, foram entregues o Plano de gênero e inclusão social (PGIS) e a ferramenta para análise de gênero em projetos de engenharia e arquitetura desenvolvidos no âmbito do projeto. Resta executar o monitoramento do PGIS, o qual depende do início das obras.</p>
R2 - Obras Executadas e em operação	P2.1 - Critérios consolidados para a elaboração dos editais de licitação de obras.	Concluído	Produto concluído em dezembro de 2016, com o lançamento do último edital para contratação de obras.
	P2.2 - Obras Licitadas e Executadas.	Suspenso	Foram licitadas quatro obras (creches em Belford Roxo e Nilópolis, Casa Lilás em e CIAM de contudo, os contratos não foram assinados por falta de autorização e apresentação de documentação dos terrenos por parte do parceiro.
R3 - Edificações equipadas	P3.1 - Critérios consolidados para a elaboração de editais de licitação.	Suspenso	Não foram elaborados editais de licitação para equipamentos
	P3.2 - Equipamentos licitados e entregues.	Suspenso	Não foram licitados nem entregues equipamentos.

E. INSUMOS

A proposta é ajustada em seu valor global, resumindo-se a prever os recursos já repassados pelo governo do estado do Rio de Janeiro, da ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais). O recurso ora disponível foi redistribuído entre as linhas de ação já constantes do projeto para cobertura do aumento de prazo pleiteado. Em resumo, foram ajustados os valores de contratos com pessoas jurídicas e de

consultores, bem como de passagens, diárias e treinamentos. Desta forma, pode-se resumir as alterações a serem executadas da seguinte maneira (**valores em USD**):

PROJETO DE INFRAESTRUTURA LILÁS			
RESUMO DE VALORES EXECUTADOS E PROJEÇÃO DE GASTOS PARA O 4º ADITIVO			
ITEM	Primeira Etapa (Executada)	Segunda Etapa (A executar)	TOTAL
EQUIPE	506.566,92	395.771,85	902.338,77
Gerente de Projeto	111.978,17	121.362,78	233.340,95
Assistente de Licitações	42.422,63	43.816,11	86.238,74
Arquiteto Júnior	40.598,70	53.848,36	94.447,06
Engenheiro 1	66.002,08	67.853,91	133.855,99
Engenheiro 2	66.002,08	67.853,91	133.855,99
Engenheiro 3	68.750,43		68.750,43
Especialista em Gênero	10.512,00		10.512,00
Especialista em Estruturas	19.446,84	10.119,83	29.566,67
Especialista em Elétrica e Lógica	19.426,00	10.100,41	29.526,41
Especialista em Água e Esgoto	19.630,00	10.290,49	29.920,49
Especialista em orçamentação	19.286,00	10.526,05	29.812,05
Especialista em Segurança e Qualidade	22.511,99		22.511,99
ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA:			
ELABORAÇÃO DE PROJETOS	265.286,26	74.373,60	339.659,86
CIAM Nova Iguaçu	53.251,20		53.251,20
Creche e Casa Lilás em	98.330,22		98.330,22
Creche em Nilópolis	70.700,52		70.700,52
Creche em Queimados	43.004,32		43.004,32
Reforma em abrigo para mulheres		36.028,60	36.028,60
Reforma em delegacia da mulher - DEAM Oeste		38.345,00	38.345,00
ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA:			
REVISÃO DE PROJETOS	39.339,51	56.495,00	95.834,51
CIAM	14.024,31		14.024,31
Creche e Casa Lilás em	25.315,20		25.315,20
Conclusão da Unidade Materno infantil Talavera Bruce		56.495,00	56.495,00
EXECUÇÃO DE OBRAS	-	1.165.370,00	1.165.370,00
Conclusão da Unidade Materno infantil Talavera Bruce		987.000,00	987.000,00
Reforma em abrigo para mulheres		90.045,00	90.045,00
Reforma em delegacia da mulher - DEAM Oeste		88.325,00	88.325,00
AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO	-	75.900,00	-
Conclusão da Unidade Materno infantil Talavera Bruce		34.600,00	
Reforma em delegacia da mulher - DEAM Oeste		41.300,00	
TREINAMENTOS	3.894,53	-	3.894,53
Gestão de Projetos	1.841,00		1.841,00
Gênero 1	684,51		684,51
Gênero 2	684,51		684,51
Gênero 3	684,51		684,51
VIAGENS	16.728,27	5.000,00	21.728,27
SUBTOTAL	831.815,49	1.772.910,45	2.604.725,94
FEE UNOPS	41.590,77	88.645,52	130.236,30
TOTAL	873.406,26	1.861.555,98	2.734.962,24

O valor do escopo de cada partícipe do projeto encontra-se separado no Anexo I.

Já em relação às alterações de valores entre as linhas orçamentárias do acordo, estas podem ser resumidas da seguinte forma:

Resultado Matriz Lógica		Conta Contábil	Orçamento aprovado (1ª Revisão) USD	1ª ETAPA (Já executada) USD	2ª ETAPA (A Executar) USD	Orçamento final (4ª Revisão) USD
R1 - Projetos executivos em condições de licitar as obras	71105	Consultores Nacionais	510.000	464.242	196.235	660.477
	71120	Consultores Internacionais	30.000	23.024	28.656	51.680
	72105	Serviços de Engenharia	350.000	304.626	130.869	435.495
	70610	Passagens Aéreas Locais	13.000	11.573	2.000	13.573
	71620	Diárias Locais	6.000	5.156	1.000	6.156
	72145	Treinamentos	4.000	3.895	0	3.895
R2 - Obras Executadas e em operação	71105	Consultores Nacionais	200.000	19.299	150.881	170.180
	72105	Serviços de Engenharia	4.000.000	0	1.165.370	1.165.370
	70610	Passagens Aéreas Locais	5.000	0	1.250	1.250
	71620	Diárias Locais	2.500	0	750	750
	72145	Treinamentos	0	0	0	0
R3 - Edificações equipadas	71105	Consultores Nacionais	30.000	0	20.000	20.000
	72425	Mobiliário	800.000	0	75.900	75.900
	72410	Equipamentos	139.338	0	0	0
	70610	Passagens Aéreas Locais	1.000	0	0	0
	71620	Diárias Locais	500	0	0	0
TOTAL DE CUSTOS			6.091.338	831.815	1.772.910	2.604.725
FEE (5%)			304.567	41.591	88.646	130.237
TOTAL GERAL			6.395.905	873.406	1.861.556	2.734.962

Os saldos de recurso do projeto, inclusive os provenientes de variação cambial ou de aplicação, podem ser utilizados no próprio projeto.

F. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO REVISADO

Resultado 1 – Projetos executivos em condições de licitar as obras	
AÇÃO/ATIVIDADE	PRAZO
Produto 1.1: Critérios consolidados para a elaboração de termos de referência e de editais de licitação de projetos Produto 1.2: Projetos de engenharia e arquitetura contratados Produto 1.3: Projetos executivos de arquitetura e engenharia concebidos Produto 1.4: Projetos executivos atendendo as considerações de gênero e inclusão social	De Dezembro de 2015 – Até Dezembro de 2018
Resultado 2 - Obras Executadas e em operação	
AÇÃO/ATIVIDADE	PRAZO
Produto 2.1: Critérios consolidados para a	De Outubro de 2016 – Até Junho de 2019

elaboração de editais de licitação de obras Produto 2.2: Obras Licitadas e Executadas, incluído período de cobertura para defeitos e não-conformidades	
Resultado 3 – Edificações Equipadas	
AÇÃO/ATIVIDADE	PRAZO
Produto 3.1: Critérios consolidados para a elaboração de editais de licitação Produto 3.2: Equipamentos licitados e entregues	De Agosto de 2018 - Até Junho de 2019

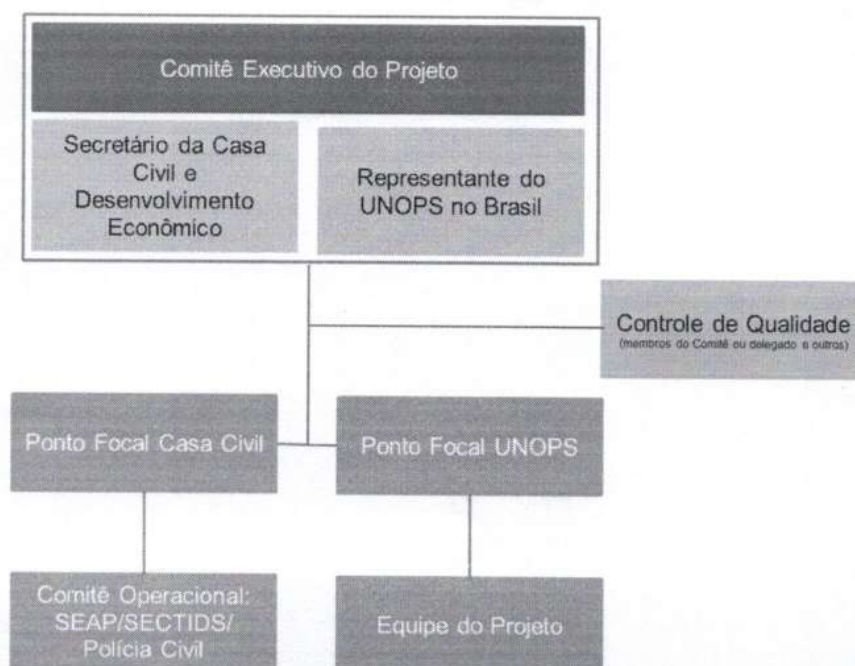
G. ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO ATUALIZADOS

O titular Casa Civil, o titular da SEAP, o titular da SECTIDS e o titular da Polícia Civil e a representante do UNOPS no Brasil formarão o Comitê Executivo do Projeto.

O UNOPS indicará um ponto focal do seu quadro para as comunicações fluidas referentes à execução do Projeto. O ponto focal deverá garantir a gestão administrativa eficiente e em tempo hábil às demandas do órgão parceiro. A Casa Civil, a SEAP, a SECTIDS e a Polícia Civil também indicarão seus pontos focais.

O ponto focal da SEAP, o ponto focal da SECTIDS e o ponto focal da Polícia Civil comporão o Comitê Operacional do Projeto, o qual ficará responsável pela respectiva operacionalização de todos os assuntos que se relacionam com as ações que beneficiam os órgãos/entidades que cada membro represente. Juntamente com o ponto focal do UNOPS, este comitê operacional manterá uma comunicação constante sobre o avanço do projeto, de maneira que, quando o avaliarem necessário, poderão propor ao Comitê de Executivo modificações aos Planos de Trabalho e/ou às ações pertinentes para o melhor desenvolvimento das diversas fases do projeto. As eventuais alterações de valores entre linhas de custo de cada objeto, que não impliquem no aumento ou diminuição do montante de recursos destinados a cada beneficiário (vide Anexo I), podem ser autorizados pelo ponto focal da instituição beneficiária daquele mesmo objeto.

O resumo das responsabilidades operacionais dos beneficiários pode ser encontrado no Anexo III deste documento.



H. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento dos projetos tem a finalidade de estabelecer mecanismos para acompanhar o desempenho real e compará-lo ao planejado, proporcionando um prognóstico do cumprimento dos objetivos do projeto e de sua viabilidade continuada e controlar qualquer desvio inaceitável. Serão entregues, pelo UNOPS ao beneficiário, relatórios trimestrais e de progresso, de caráter técnico e financeiro.

I. UNOPS

O UNOPS atua como Agência Executora do Projeto desenvolvendo atividades de desenvolvimento técnico de produtos, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do Projeto, bem como execução de processos de aquisição de bens e serviços, utilização de insumos e capacitação técnica.

As regras e os procedimentos adotados pelo Projeto para a contratação de profissionais e pessoas jurídicas são compatíveis as normas e diretrizes do organismo internacional, conforme o sistema de gestão de processos e qualidade organizacionais do UNOPS, disponíveis no sítio <https://apps.unops.org/Apps/PQMS/public/#/>.

J. OBRIGAÇÕES E PRÉ-REQUISITOS

Por força do Ofício Circular nº 06/CGCM ABC já mencionado, não há contexto de execução nacional de projetos (NEX):

"(...) informamos que esta Agência Brasileira de Cooperação (ABC) não se opõe à formalização entre as partes por entender que se trata de um projeto financiado por recursos de acordo de empréstimo do Banco

Mundial, em que a atuação do UNOPS está amparada pelo Acordo Básico de Assistência Técnica entre o governo brasileiro e as Nações Unidas, Decreto n. 59.308/1966, sem que se aplique o Decreto n. 5.151/2004, nem a Portaria 717/06, que tratam exclusivamente de recursos nacionais, na modalidade execução nacional."

Portanto, a Seção de "Obrigações e Pré-requisitos" é ora corrigida para refletir a execução direta do projeto pelo UNOPS (DEX). Desta feita, a redação do acordo de cooperação se vê modificada como se segue:

TÍTULO I

Do Objeto

Artigo 1º. O presente Documento de Projeto – "Projeto de Infraestrutura Lilás" (daqui por diante denominado "UNOPS/97027") firmado sob a égide do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações para Alimentação e Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Internacional", de 29 de dezembro de 1964, em vigor desde 2 de maio de 1966, promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, particularmente no que preveem o Artigo I, parágrafo terceiro, o Artigo III e o Artigo IV, tem por objeto proporcionar à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico – Casa Civil, à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social - SECTIDS e à Chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Polícia Civil, assessoria técnica, em duas etapas, para concreção do seguinte escopo:

PRIMEIRA ETAPA (Serviços já executados):

- a) Realização de 3 oficinas de gênero e inclusão social;
- b) Realização de 1 oficina de gestão de projetos;
- c) Elaboração do Plano de Gênero e Inclusão Social para o projeto;
- d) Elaboração de ferramenta de análise de gênero em projetos de arquitetura;
- e) Projetos executivos de engenharia e arquitetura para creches em Belford Roxo, Nilópolis e Queimados; e
- f) Projetos de engenharia e arquitetura para (i) reforma do Centro Integrado de Atendimento à Mulher e (ii) construção de Casa Lilás

SEGUNDA ETAPA (Serviços a executar com o saldo de recursos já repassados):

- a) Revisão de projetos de engenharia e arquitetura e execução da obra de conclusão de Unidade Materno-infantil no Presídio Talavera Bruce e aquisição de mobiliário e equipamentos, junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP;
- b) Execução/Revisão de projetos de engenharia e arquitetura e execução de obra de reforma em uma delegacia da mulher em Campo Grande e aquisição de mobiliário e equipamentos, junto à Chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Polícia Civil;
- c) Execução/Revisão de projetos de engenharia para a obra de reforço estrutural em um abrigo para mulheres vítimas de violência, junto à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social - SECTIDS;